

4. CAMPINAS VISTA POR ALGUNS VIAJANTES ESTRANGEIROS NO SÉCULO XIX*

I – Introdução

Nunca é demais ressaltar a importância do ano de 1808 para a vida brasileira, representando um verdadeiro marco, não só pelas transformações ocorridas nos setores econômico-político-sócio-cultural, bem como pelas medidas tomadas pelo Príncipe-Regente, que, entre outras, permitiram aos viajantes estrangeiros, a possibilidade de satisfazerem a curiosidade com relação à nossa terra. Se, antes da abertura dos portos, o Brasil vivia uma situação de isolamento, há de se entender o porquê de, praticamente, não encontrarmos viajantes estrangeiros na terra, uma vez que, os poucos que por aqui passavam, não tinham permissão de visitar o interior, e, mesmo nas cidades do litoral, sua estada não devia ultrapassar os limites impostos pela necessidade de reabastecimento e reparação das embarcações. Daí a limitação dessas informações (mais curiosidades bibliográficas), já que eles mais foram circunavegadores do século XVIII, do que qualquer outra coisa. Seus depoimentos refletem a pressa com que viam a tudo, eram por demais generalizantes, não apresentavam, enfim, no geral, compreensão para os problemas brasileiros.

Com a abertura dos portos, no entanto, vai-se ao extremo oposto: o Brasil passa a exercer poderosa atração, especialmente sobre os naturalistas, para os quais a nossa natureza tropical oferecia aspectos praticamente inéditos, chegando mesmo a se tornar a nossa terra – “o paraíso dos naturalistas” – na expressão de um desses viajores.

Todavia não somente aqueles se sentiam motivados para cá aportarem: também os comerciantes, em virtude da intensificação das relações comerciais com a Inglaterra, após o Tratado de 1810; os missionários protestantes, ingleses e norte-americanos; pintores e desenhistas; técnicos, principalmente ingleses, para as obras públicas, contratados que foram pelo governo imperial; engenheiros, para a exploração de rios ou aberturas de estradas; jornalistas, interessados na sorte dos colonos estrangeiros ou simplesmente à cata de novidades; diplomatas, na defesa dos interesses dos seus compatriotas.

Apesar do valor bastante desigual de toda a literatura dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil durante o século XIX,

(*) Capítulo elaborado por Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci para uma obra coletiva planejada por ocasião do bicentenário de Campinas, em 1974. Não tendo sido levada avante esta iniciativa, permaneceu inédito até 1982, quando foi publicado em **Notícia Bibliográfica e Histórica**, nº 105, pp. 16 a 24 (órgão do Departamento de História da PUCCAMP, Campinas).

julgamo-la assaz interessante como fonte para o conhecimento das condições de vida no Brasil de então, já que, desejosos de observar os costumes e peculiaridades naturais desta porção do continente americano, aliás, sobre a qual circulavam as mais desconhecidas versões, tais viajores, depois de um estágio mais ou menos longo no país, deixaram-nos suas observações, ora justas e tolerantes, tentando mesmo compreender e justificar as falhas de nossa incipiente evolução sócio-econômica, ora cheias de desprezo e arrogância, mas, sem dúvida, importantes para o conhecimento da vida brasileira, que, realmente, não teria ainda sido alterada no seu sistema patriarcal, e sequer tocada pelas idéias liberais do século XIX.

II — A “Terra das Campinas” e os viajantes estrangeiros

Dentre os viajantes estrangeiros do século XIX que percorreram a “terra das campinas”, nos parecem de significativa importância os relatos deixados por Auguste de Saint-Hilaire, A. Emílio Zaluar, Daniel P. Kidder, Couty, J. J. Von Tschudi, Luiz D’Alincourt, não só pela minúcia com que descreveram a região, bem como pela aceitação de nossos problemas e sua compreensão.

Assim é que, o poder descritivo de Saint-Hilaire, com referência a suas viagens através do Brasil, atinge, em certos aspectos, comentários e confrontos de costumes de verdadeiro sociólogo. Em suas páginas encontramos linhas que calam fundo para nossa terra, quando este famoso botânico francês a viu, em 1819, portanto há mais de 150 anos.

Fala-nos de Campinas, na seqüência da descrição que vinha fazendo quando de sua viagem a São Paulo, tendo feito, num só estirão, uma caminhada de quatro léguas. Abrigara-se num rancho, à margem do Rio Atibaia, que ele grafa “Tibáia”, mencionando que a sua travessia era feita por uma ponte que “só era aberta ao trânsito dos que pagam”.¹ Era o famoso imposto de barreira, então em voga.

Comenta-nos Saint-Hilaire que o imposto era muito elevado para o pouco que vira da conservação da ponte... O tributo era (convertido na moeda atual), de Cr\$ 1.04 para pedestres; Cr\$ 3,03 para as pessoas a cavalo ou animais de carga; e Cr\$ 30,30 para os carros de boi. Criticava esse sistema fiscal, pois acreditava que roubava estímulo ao comércio e à agricultura das regiões mais distantes do país.

À medida que se aproximava de Campinas, Saint-Hilaire observava que grandes áreas de terreno eram cercadas de vastas plantações de cana-de-açúcar, frisando que, num espaço de três léguas, encontrara mais de meia dúzia de engenhos de açúcar, dos quais alguns lhe pareceram importantes.

Convém lembrar que, Luiz D'Alincourt, outro viajante que por aqui passara, por volta de 1818, constatou também a existência de numerosos engenhos de açúcar, com notável produção, mencionando que um só fazendeiro era proprietário de doze, cuja renda anual orçava em 80.000 cruzados.²

E nos diz mais: "O açúcar faz o primeiro, e mais considerável ramo de exportação, que monta a cem mil arrobas, por ano; a aguardente o segundo; abunda em milho, feijão, arroz, capados e outros gêneros, de que, depois deduzido o preciso para consumo do país, o restante, que monta a quantidade não pequena, vai abastecer São Paulo, Itu e Sorocaba. Tem muito boas frutas como figos, uvas, limões-doces, limas, pêssegos, laranjas, jabuticabas, melões, melancias, ananases, algumas silvestres, e o terreno é apropriado para a cultura de muitas outras, se não obstasse a isso a incúria dos habitantes. A escravatura forma o principal ramo de importação, depois o sal, ferro, aço, gado, e outros gêneros em menor quantidade.

Geralmente sustenta-se o povo de feijão, toucinho, carne de porco, arroz, e milho. Os preços correntes das produções do país são os seguintes — o açúcar em 1817, regulou a 1280 réis a arroba; o alqueire de feijão a 400 réis; o de milho a 160; o de arroz a 320; os capados de quatro arrobas a 3200, os lombos frescos a 160; as galinhas a 80 réis, & C."³. Observa-nos ainda que estes preços foram mais alterados com o aumento da população.

Outra importante consideração feita por Saint-Hilaire é com relação ao "termo" de Campinas, que, com uma extensão de cerca de 8 léguas, possuía 6000 habitantes. A cidade era cercada de matas por todos os lados, as ruas não eram muito largas, muito embora possuísse casas novas "unidas umas às outras", cobertas de telhas e com paredes de taipa." Quanto à igreja paroquial era "pequena e mesquinha", e, a maior parte dos habitantes dos arredores dessa região, era constituída de agricultores. Confirma-nos, portanto, os dados apresentados por D'Alincourt anteriormente.

Com relação aos meios de transporte então utilizados para escoamento das safras de açúcar até o porto de Santos, relata-nos Saint-Hilaire, que alguns proprietários possuíam tropas especialmente destinadas a esse fim, havendo também "arrieiros" que contratavam o transporte à razão de (na moeda atual) Cr\$8,84 a Cr\$10,40 a arroba, sendo o trajeto Campinas-Santos feito em 12 dias, e onde cada muar lotado com 8 arrobas, divididas em dois sacos, acondicionados em cestos de bambu (denominados "jacás"), eram idênticos aos usados em Minas-Gerais para transportar queijos à capital, ou seja, ao Rio de Janeiro.

Chama a atenção de Saint-Hilaire as mulheres campineiras, frisando que estas montavam muito bem a cavalo, embora na mesma

posição que os homens, e que, quando cavalgavam, usavam chapéu de feltro e vestiam uma espécie de “amazona”, “feita, comumente, de pano azul”.⁴

Por outro lado, deixa claro igualmente, que as mulheres de Campinas, como as demais do Brasil, durante o sacrifício da missa, mantinham “o corpo e a cabeça envolvidos numa longa mantilha de tecido preto”, embora aí não comente se este hábito era ainda moda na Europa, e se testemunhava sinal de bom-gosto tal costume.

Porém acreditamos pelo depoimento dos viajantes abordados que as mulheres eram no geral bonitas, bem-feitas e muito amáveis e encantadoras no seu modo de ser, conversando animadamente, gostando muito de bailes, jantares e saraus. Segundo Gustavo Beyer, que por aqui esteve em 1813 anotamos: “Nunca vi olhos mais expressivos, dentes mais bonitos e pés mais mimosos...”⁵

Além do mais, confirmando os outros depoimentos, A. Emílio Zaluar, informa-nos, vestirem-se as moças de seda e com muito, mas muito luxo.

Bastante oportunas e incentivadoras foram as palavras do mencionado Zaluar, quando se refere ao progresso geral encontrado no município de Campinas quando cá esteve, em 1860, ou seja, 41 anos após Saint-Hilaire.

Tal progresso, era ligado essencialmente já à cultura do café, observando que a sua produção excedia não só a quase todos os municípios de São Paulo, como também a um grande número de outros que já havia percorrido da província do Rio de Janeiro. Alia este desenvolvimento, não só às excelentes condições do solo campineiro, mas principalmente ao “espírito esclarecido, à iniciativa pronta, ao impulso generoso e livre de seus habitantes”.⁶

E nos diz mais: a vivência dos homens mais antigos da região era transmitida aos seus filhos, e a independência das suas idéias políticas era fato ímpar. Por outro lado, outra grande contribuição a esses homens arrojados era o desenvolvimento da estrada de ferro, chegando mesmo a indagar, que, se Campinas possuísse melhores meios de comunicação com a Corte, com seu grande mercado, seu desenvolvimento, com certeza, deveria ser ainda maior.

Dáí seu entusiasmo, entre outras coisas, com relação ao florescente e ativo comércio campineiro, que já contava cerca de 64 lojas de fazendas e ferragens, 20 armazéns de gêneros de fora, 110 tavernas, tudo pagando direitos à Municipalidade. Além dessas casas de comércio, existem 3 de comissões de importação em ponto grande”.⁷

Interessante é confrontar-se estas observações com as de Daniel P. Kidder, que por Campinas esteve pelos idos de 1839, uma vez que este

já teria também observado progresso na região, embora vez ou outra, encontrando momentos bem difíceis para Campinas, principalmente pela instituição do sistema de crédito, através do qual, pessoas sem capital podiam estragar o negócio dos que dispunham de recursos próprios. “O que agora se encontrava era apenas notas e patações de cobre; prata não se via...”⁸ Era a opinião de um septuagenário que manteve contatos com Kidder.

Ainda pelos depoimentos de Luiz D’Alincourt, em 1818, observamos: “Desde setembro de 1818, até o princípio de 1823 tem crescido consideravelmente em propriedades: o negócio é aí grande; a cada passo encontram-se armazéns de tudo quanto se precisa, algumas lojas de bebidas, e um brilhar; notam-se muitas casas acabadas de fresco, e outras a construir-se, os habitantes trajam-se com muito luxo, e gosto em seus vestiários; finalmente já não merece o nome de pequena Vila”.⁹

Foi justamente entre os anos de 1850 e 1860 que se deu o grande desenvolvimento comercial de Campinas: assim é que, por esta época, entre outros abriu a sua loja de fazendas e armarinho, Antonio Francisco do Amaral Gurgel, e, em 1853, José Rodrigues Ferraz do Amaral e Antonio Joaquim Gomes Tojal; em 1854, sendo esses estabelecimentos de secos e molhados, em grosso e a retalho, bem como de ferragens.

Em 1856, foram criadas muitas lojas de fazendas (finas e grossas), e igualmente de armarinhos, tais como as de Policarpo Alves Cruz, Joaquim Antonio Rodrigues, Manoel J. Lopes dos Santos e muitas outras.

Porém, sem dúvida alguma, as maiores casas havidas por esse tempo, eram as de Raggio & Irmão, Roso & Santos, Joaquim Teodoro Alves, Antonio de Abreu Sampaio, e de ferragens, a de José Artegas e de Maneco Petote.

Em 1865, a Loja do Sol — o sol nasce para todos — de Manoel Pereira Vilares, era uma das melhores também.

Importante ressaltar que, em todo esse comércio local, predominava a influência francesa, tanto para a moda no trajar-se, como igualmente no falar e no comer.

Assim, por volta de 1880, abriram suas portas o Restaurante Des Pirinés, muito afamado pela sua cozinha “a la carte”, o Restaurant de France, como os de maior destaque.

Para um completo sortimento de fazendas e adornos, era famosa “La Mode Parisienne”, e em especialidade para crianças “Au Printemps”.

Chapéus, flores, fitas e enfeites os mais variados, encontrados nas casas “La Marguerite”, “Mme. Rose”, ou na Ville de Paris”.

Com relação à vida cultural propriamente dita no município de Campinas, observa-nos Zaluar que os trabalhos artísticos não eram valorizados como deveriam ser, e relembra-nos, por exemplo, o caso de Vitoriano dos Anjos, que fez da capela-mor, da Matriz Nova, um “verdadeiro sonho de artista”, no que diz respeito à obra de talha, que vivia na “mais ignorada obscuridade”. Contudo não se admirava, nem se escandalizava de tal descaso, uma vez que, mesmo nas capitais do Brasil, não teria encontrado outros artistas em melhores condições que este, que vivia numa povoação afastada, no interior.

Por outro lado, observa-nos que o melhor teatro encontrado fora o de Campinas, superior mesmo ao da Capital. Lamentava, contudo, não haver na cidade uma companhia dramática permanente, o que seria bastante oportuno para distração de seus habitantes, que, praticamente, nada tinham para suas noites e lazer.

Contudo, logo depois poderíamos já constatar que, desde 1877, Campinas ouvia concertos dirigidos por Sant’Ana Gomes, onde aparecem já pianistas como Placidina do Amaral e Maria Isabel Gomide, e as cantoras Francisca Jacobina, Letícia Ralston e Adélia Abreu.¹⁰

E, em 1881 e 1882, fazem boa figura nos saraus musicais dos Clubes “Sociedade Carlos Gomes” e Clube Semanal”: Sant’Ana Gomes, Ana Matilde Pinto, Placidina do Amaral, Teresa Pompeu, Adelaide Lopes de Sousa, Ana Sales, Maria José e Francisca de Paula Lopes Camargo, Ana Eméria Lobo.¹¹

Julgamos oportuno, no entanto, traçar um paralelo das observações feitas pelo nosso referido viajante A. Emílio Zaluar e o depoimento de Henrique de Barcelos, em crônica publicada em 1897, num retrato assaz pessimista da urbe campineira em 1869: “A cidade era uma mesquinha aldeia, não havia calçamento. As ruas eram atoleiros. Na Rua Direita, os quarteirões hoje mais freqüentados da cidade, apenas algumas tiras de pedras bicudas, temor dos calos e alegria dos sapateiros, fingiam de calçamento. Na Rua do Comércio havia buracos enormes onde cabia um homem. Não falemos de outras ruas, principalmente a de Baixo (hoje General Carneiro), onde o comércio tinha maior pujança. Era uma miséria. No presente, na colina onde hoje se eleva a Estação e vistosas construções, oficinas Lidgerwood, Mc-Hardy e elegantes chalés, não havia nada disso, era um campo. Além do Largo do Tanquinho, nem sombra de construções. Não havia a Misericórdia, nem o agrupamento das casas próximas...

No Largo do Rosário, da Cadeia, e do Teatro, a erva crescia. Havia dois colégios, em verdade, mal organizados, oito escolas de instrução primária, onde o que menos se ensinava era ler, escrever e contar. As crianças safam de lá conhecendo vários vícios e sabendo meter o dedo no nariz. Apenas uma escola particular era exceção à regra geral. A civilização chegava tardia. Os meios de comunicação eram difíceis.”

Eis agora a nossa indagação: teria Zaluar exagerado ou sido condescendente demais na sua observação, ou Henrique de Barcelos, teria, por ser jornalista bastante perspicaz, e por estar a exigir melhores condições de vida a sua terra, pintado tão negramente a situação da cidade nesses idos de 69 ?

Preferimos dizer que, na sua função de homem de imprensa, Barcelos procurava através de suas crônicas a imediata reforma e atualização de sua cidade, enquanto o viajante estrangeiro, aproveitando a sua experiência de homem de cultura e vivência européia, procurava com seu entusiasmo e fervor de elogios, incentivar as plagas por onde passava, mostrando sempre seus aspectos positivos, procurando a cada momento engrandecê-los, e apenas, sorratamente, falando dos aspectos negativos, como quê desculpando-os em nome de um maior e melhor desenvolvimento.

Assim é que, ao referir-se ao desenvolvimento cultural da época, ao contrário de Barcelos que previa já o problema dos desajustes dos menores para a urbe campineira, o nosso referido viajante limitava-se apenas a enumerar as escolas existentes sem analisar-lhes o mérito ou demérito, preferindo tecer considerações às duas associações científicas existentes, que eram o "Recreio Literário de Leitura Campineiro" e o "Gabinete de Leitura", ambas criadas e sustentadas pelos moços da cidade, mostrando-nos, que os jovens desta área preferiam instruir-se ao em vez de perderem-se em frívolas distrações.

Bastante oportuno igualmente de analisar-se pelo relato do viajante que percorreu Campinas, como estamos vendo, pelos idos do século XIX, o fato de que o retraimento da gente da capital, fazia contraste com a expansão e cortesia da sociedade campineira, que além de acolhedora era bastante simpática.

Evidentemente não poderíamos deixar de lembrar que, em grande parte, esse desenvolvimento da cidade foi devido igualmente à imigração alemã, repetindo aqui as palavras de Von Tschudi, numa citação feita, provavelmente de um jornal austríaco da época (1860); num artigo que dizia: "o povo alemão parece desempenhar para os habitantes do mundo as funções de sal. Assim como o sal, de uma comida insípida ou mesmo intragável, a faz aceitável ao paladar, assim também age uma dose, convenientemente proporcionada, de alemães no seio de outro povo, exercendo influência benéfica, como é fácil verificar em qualquer parte do globo".¹²

Assim é possível observar-se que certos ofícios e indústrias foram aqui introduzidos por estes imigrantes, como é o caso das pequenas indústrias caseiras e agrícolas, a de laticínios, o de cultivo de legumes e a apicultura.

Entre outras referências lembramos a sua minuciosa descrição sobre a Fazenda Sete Quedas, que, no seu entender, era realmente uma colônia modelar, cultivando principalmente batatas. No entanto, aí igualmente era fabricada a manteiga, o queijo e cultivada a agricultura e o café, salientando sempre a grande vantagem oferecida pelo sistema de parceria.¹³

Em contraposição comenta que o proprietário desta fazenda, Joaquim Bonifácio do Amaral, não estava satisfeito com esses lavradores provenientes do Holstein, pelo temperamento deles e pelo exagero do espírito de economia que possuíam. Não estava mesmo disposto, e confessava isso a Von Tschudi, a receber novos colonos, embora o resultado obtido com o sistema lhe tivesse dado satisfações.

III — Conclusão:

Nesta genérica visão dos depoimentos de alguns dos viajantes estrangeiros que percorreram a terra campineira no século XIX, podemos facilmente reencontrar a grande base para o progresso da urbe no século atual, bem como a cortesia, a hospitalidade, o desenvolvimento econômico-sócio-cultural enfim, que ela, até hoje, se prima em ter e conservar; despertando cada vez mais viril, radiosa e altaneira para um futuro certo de grandezas, ou ainda como teria dito Zaluar em meados do século passado: “uma garantia da esperança que nutro de sua prosperidade, e dos votos que faço para que a administração provincial...” Enfim que Campinas continue a ter através de sua administração a possibilidade do seu crescente desenvolvimento de todas as suas potencialidades, não renunciando nunca a essa confiança que nela depositamos, pois realmente aí está o “talismã” dos grandes !

Bibliografia:

- (1) Saint-Hilaire, Auguste de, Viagem à Província de São Paulo, trad. brasileira de Rubens Borba de Moraes, vol. II da “Biblioteca Histórica Brasileira”, Livr. Martins, SP, 1940, pág. 146/148.
- (2) Segundo o “escritor de coisas” de Campinas, Benedito Otávio, esse proprietário fora o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa.
- (3) D’Alincourt, Luiz, Memórias sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá, vol. VIII, “Biblioteca Histórica Paulista”, 1953, pág. 52.
- (4) Saint-Hilaire, Auguste de, op. cit., pág. 149/151.
- (5) Beyer, Gustavo, Ligeiras notas de viagem, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XII, 289.
- (6) Zaluar, A. Emílio, Peregrinação pela Província de São Paulo (1860 — 1861), Série Brasileira, IV, Ed. Cultura, SP., 1943, pág. 149.
- (7) Zaluar, A. Emílio, op. cit., pág. 152.
- (8) Kidder, Daniel P., Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil

(Províncias do Sul), Trad. brasileira de Moacir N. Vasconcelos, "Biblioteca Histórica Brasileira", SP, Livr. Martins, Ed. da USP, 1972, pág. 218/219.

(9) D'Alincourt, Luiz, op. cit., pág. 50.

(10) A "Província de São Paulo", 22/7/1877.

(11) A "Província de São Paulo", 10/1/1882.

(12) Von Tschudi, J. J., Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, trad. brasileira de Eduardo de Lima Castro, "Biblioteca Histórica Paulista", V. Livr. Martins, SP, 1953, pág. 155.

(13) Von Tschudi, J. J., op. cit., pág. 168.

*

5. O "CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES" E SUA REVISTA*

No princípio deste século, um grupo de intelectuais de Campinas temou a deliberação de fundar na cidade uma entidade destinada ao cultivo das ciências, das letras e das artes. Aliás, a idéia primitiva referia-se apenas a um centro de ciências naturais, estimulado pela existência do Instituto Agrônomo, fundado ainda ao tempo do Império e que já constituía, na época, instituição de renome nacional e talvez mesmo internacional. Todavia, à idéia aderiram diversos outros intelectuais, especialmente os ligados ao tradicional **Ginásio do Estado**, além de figuras expressivas nas mais diversas áreas do saber. Foi de Coelho Neto, que então residia em Campinas, a idéia de ampliar as finalidades do planejado centro, abrangendo, também, as letras e as artes, donde o nome que a entidade recebeu e que até hoje conserva de **Centro de Ciências, Letras e Artes**, cuja sessão de instalação teve lugar a 31 de outubro de 1901.

Parece-nos interessante constatar a enorme repercussão que o **Centro** alcançou não apenas no país, mas igualmente no exterior. A primeira lista de sócios, divulgada dois anos apenas após sua fundação, revelava, além de mais de duzentos sócios **efetivos**, isto é residentes na cidade, uma quantidade considerável de sócios **correspondentes**, não só de quase todas as unidades da Federação, como de treze países, num total de

(*) Resultou este capítulo da fusão de dois textos: o artigo **O espelho de uma Instituição**, publicado na "Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes", número especial comemorativo do 75º aniversário da instituição (1976), pp. 20 a 34; e a comunicação, elaborada de parceria com Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci — **Temas de História e sugestões para pesquisa numa publicação cultural campineira**, apresentada à Segunda Semana da História, Franca (1980) e publicada na respectiva "Memória", pp. 359 a 369.